

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário do Estado GO

Vila Nova deve receberá doação área definitiva do Vila do Tigre

.....

Diário da Manhã

Vila Nova ganha posse definitiva do CT com doação

.....

O Hoje

Caiado faz doação ao VILA NOVA

.....

84 Notícias

Goiás é bicampeão nacional em Transparência Pública

.....

Agita Goiás

Santa Bárbara de Goiás recebe prêmio estadual por excelência em gestão pública

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Finanças acata norma em caso de calamidade pública e arquiva relatórios

.....

Class News

Caiado destaca parceria e governança responsável durante jantar com membros do TCE e TCM - Class News

.....

Goiânia Urgente

Estado alcança patamar máximo de conformidade em avaliação nacional de transparência

.....

Instituto Rui Barbosa

IRB Notícia | Compromisso com a infância: IRB participa do Seminário Nacional "Retrato da Educação Infantil no Brasil"

.....

Jornal A Tribuna - Rio Verde

"Controle e gestão responsáveis caminham juntos em Goiás", destaca Daniel Vilela em confraternização com TCE e TCM

.....

Revista Stile

Ronaldo Caiado destaca parceria e governança responsável durante jantar com membros do TCE e TCM

.....

TV Atual

Finanças acata norma em caso de calamidade pública e arquiva relatórios

.....

Vila Nova deve receberá doação área definitiva do Vila do Tigre

O governador Ronaldo Caiado assina nesta terça-feira (9), às 14h30, no Palácio Pedro Ludovico, o projeto de lei que autoriza a doação definitiva da área do Centro de Treinamento do Vila Nova. Localizado no Setor Jaó, em Goiânia, o espaço encerra anos de cessão provisória. Isso permite planejamento de investimentos de longo prazo no local conhecido como Vila do Tigre.

O terreno fica ao lado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e é usado atualmente por Termo de Permissão de Uso. Nele funcionam o centro de treinamento da equipe profissional, academia e projetos sociais para crianças e adolescentes da comunidade. A doação definitiva traz autonomia para ampliação e modernização das instalações.

Com a transferência, o Vila Nova pode captar recursos e expandir estruturas esportivas. O governo estadual destaca que a medida fortalece ações esportivas, educacionais e de assistência social no local. O clube mantém programas para jovens em vulnerabilidade, promovendo disciplina, saúde e convivência comunitária.

A posse permanente destrava novas obras e parcerias para o clube. Projetos de base serão expandidos, qualificando a formação de atletas. Isso consolida o Vila Nova como referência em atividades esportivas e sociais em Goiânia. A expectativa é de impacto positivo na comunidade local.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) emitiu parecer favorável à doação. A transferência depende de regularização cadastral e desmembramento do imóvel. O governo garante que todo o processo seguirá parâmetros legais rigorosos. Assim, a assinatura marca um capítulo decisivo na história do clube.

Anos de uso provisório chegam ao fim com essa iniciativa. O Vila Nova planeja investimentos estruturais para elevar o padrão do CT. A Vila do Tigre se torna patrimônio próprio, impulsionando o desenvolvimento esportivo do time goianiense.

O evento reforça a parceria entre governo e esporte em Goiás. Caiado atende reivindicações antigas do clube, beneficiando atletas e moradores. A doação estratégica valoriza o Setor Jaó como polo esportivo na capital.

Projetos sociais ganharão fôlego, Crianças e adolescentes terão mais oportunidades de prática esportiva. O Vila Nova amplia seu papel além do futebol profissional, focando em inclusão e formação.

Vila Nova ganha posse definitiva do CT com doação

O governador Ronaldo Caiado vai sancionar o projeto de lei que doa ao Vila Nova a área usada pelo clube como Centro de Treinamento em Goiânia.

A doação dará fim a anos de cessão temporária e permitirá investimentos robustos no imóvel localizado ao lado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Com o projeto de lei, a área passará a ser oficialmente propriedade do clube goiano, mas com restrições específicas. O Vila Nova não poderá vender o imóvel, uma vez que ele será considerado patrimônio esportivo e cultural do estado, garantindo sua preservação para fins esportivos.

O deputado estadual Talles Barreto, articulador do processo, afirmou que a doação "abre um horizonte, de uma estrutura que não tinha".

Caiado faz doação ao VILA NOVA

O Vila Nova Futebol Clube vive um dos momentos mais simbólicos de sua história recente. O governador Ronaldo Caiado (uB) deve assinar, nesta terça-feira (9), o projeto de lei que oficializa a doação da área onde funciona hoje o Centro de Treinamento do clube, no setor Jaó, em Goiânia. A medida encerra décadas de indefinição jurídica e inaugura uma nova fase para o Tigrão, que planeja transformar o espaço em um polo esportivo moderno, capaz de abrigar grandes eventos e impulsionar o desenvolvimento das categorias profissionais e de base.

A área, localizada ao lado do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), era apenas cedida ao vila Nova desde a gestão de Marconi Perillo. A promessa de transferência definitiva, feita ainda na época do governo tucano, nunca se concretizou. Internamente, dirigentes vilanovenses classificam o período como de incertezas e limitações. "Só nos enrolou", desabafou um representante do clube à reportagem.

Projeto de Lei

Com o novo projeto de lei, o terreno finalmente passará a ser patrimônio oficial do vila Nova, mas com salvaguardas: o clube não poderá vender ou desviar a finalidade do CT, que se tornará um bem de interesse esportivo e cultural do Estado. Na avaliação de lideranças políticas que acompanharam o processo, essa restrição garante segurança jurídica ao investimento público e assegura que o espaço permaneça voltado ao esporte.

O deputado estadual Talles Barreto, líder do governo na Assembleia Legislativa e conselheiro do clube, foi um dos principais articuladores da doação. Para ele, a mudança altera profundamente o horizonte estrutural do vila. "Existe uma grande diferença entre ter uma cessão e ter a propriedade. Agora o clube pode planejar, captar recursos, buscar parcerias e pensar grande. É um divisor de águas", afirmou.

A diretoria colorada já trabalha com esse novo cenário e projeta intervenções amplas no CT, inclusive com foco em eventos de porte nacional e internacional. Presidente da Câmara Municipal de Goiânia e diretor de Comunicação Social do vila Nova, Romário Policarpo comemorou o avanço e revelou que o clube já abriu diálogo com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Segundo ele, o CT foi colocado à disposição para receber atividades da Copa do Mundo Feminina de 2027, que terá o Brasil como sede. "Com a propriedade, ganhamos estabilidade para investir e atrair grandes competições. É uma oportunidade histórica para o vila e para Goiás", disse.

O que ganha o Tigrão

A consolidação do CT como patrimônio vilanovense tende ainda a fortalecer o futebol goiano como um todo. Em um

momento em que a Federação Goiana de Futebol (FGF) e os clubes buscam valorização nacional, estrutura competitiva e captação de novos talentos, a profissionalização dos espaços de treinamento torna-se peça-chave para elevar o padrão do esporte no Estado.

A expectativa agora recai sobre a aprovação e regulamentação do projeto, que deve abrir caminho para um ciclo de desenvolvimento sem precedentes no vila Nova -- um clube que, finalmente, terá segurança jurídica para planejar o futuro e investir como protagonista. (Especial para O HOJE)

A área, localizada ao lado do TCE-GO, era apenas cedida ao Vila desde a gestão de Marconi

Goiás é bicampeão nacional em Transparência Pública

O Governo de Goiás, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), promoveu nesta segunda-feira (08/12), no auditório do K Hotel, em Goiânia, a Cúpula Goiás 100% Transparente. O objetivo foi comemorar a terceira conquista anual do selo Diamante em Transparência Pública, concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Este foi o segundo ano consecutivo que o Estado atingiu a nota máxima na avaliação, único no Brasil. Outra vitória celebrada no evento foi o primeiro lugar no ranking entre as empresas públicas: as estatais goianas atingiram 98,6% em transparência, resultado muito superior à média nacional, que ficou em 61,17%.

Representando o governador Ronaldo Caiado, o secretário-chefe da CGE, Marcos Tadeu de Andrade, relembrou a trajetória das pastas - por meio do Programa de Compliance Público Estadual (PCP). A iniciativa criou um prêmio para aqueles que atendessem os critérios exigidos no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), da Atricon. Ele destacou ainda que Goiás também ficou no topo do ranking da Transparência Internacional, juntamente com Espírito Santo.

"De maneira descentralizada, nossa equipe conseguiu mobilizar as secretarias e as estatais, para atender aos requisitos da Atricon, que são muitos. E é por isso que somos 100% transparentes. É porque estamos ouvindo os órgãos e a sociedade, trabalhando naquilo que o cidadão precisa em termos de transparência pública".

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, apontou o quanto isso demonstra o compromisso que o Estado tem não somente com as políticas de longo prazo, mas também com a transparência, mostrando para o cidadão, que é aquele que paga os impostos, o correto gasto do dinheiro público, onde esse recurso está indo, de que forma está sendo aplicado.

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Celmar Rech destacou que para solucionar os complexos desafios da gestão pública é preciso instituições maduras, que colaborem e entendam que governar é uma tarefa compartilhada.

"Cada um com sua função, mas todos com o propósito de servir ao cidadão com eficiência, ética e sobretudo com transparência", disse.

A Cúpula também foi uma oportunidade de celebrar as parcerias desenvolvidas, como com o Banco Mundial, com o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM) e com o próprio TCE-GO.

"É o maior programa de transparência de avaliação, não só do Brasil, mas do mundo", disse Joaquim de Castro, presidente do TCM e vice-presidente da Atricon, ao ressaltar a grandiosidade do feito de Goiás.

Foi destacada, ainda, a importância do Prêmio Goiás Mais Transparente, implantado em 2019, que durante 2025 engajou 52 órgãos e entidades públicas em um trabalho próximo e colaborativo. Foram mais de 150 horas de consultorias presenciais e mais de 100 servidores engajados diretamente, dedicados em tornar a administração de Goiás mais aberta e acessível.

O evento faz parte da Semana Internacional Contra a Corrupção, promovida pela CGE. Nesta terça-feira (09/12) ocorre a Premiação do programa "Estudantes de Atitude", no Centro de Convenções de Anápolis, das 8 às 12 horas. Para finalizar, na quarta-feira (10/12), o auditório do K Hotel recebe novamente, pela manhã, as cerimônias de premiação dos programas Construindo Juntos, Compliance Público Estadual (PCP) e Embaixadores da Cidadania.

Metodologia

A metodologia de análise da Atricon é composta por mais de 10 mil portais, 20 dimensões de avaliação, 91 critérios, distribuídos entre essenciais, obrigatórios e recomendados, além de mais de 260 itens de verificação, tratando da disponibilidade, da atualidade, do histórico, da possibilidade de exportação e filtragem dos dados.

Santa Bárbara de Goiás recebe prêmio estadual por excelência em gestão pública

A gestão do prefeito Job Martins conquistou mais um importante reconhecimento estadual. Santa Bárbara de Goiás recebeu prêmios e um selo de excelência pela participação de destaque no Programa de Compliance Municipal (PCM), iniciativa realizada em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).

Os certificados foram entregues ao prefeito e aos servidores da Administração Municipal como forma de valorizar o compromisso da equipe com uma gestão pública séria, ética e voltada para o bem coletivo.

O programa avalia boas práticas de governança, integridade e transparência, incentivando os municípios a adotarem procedimentos modernos de controle e responsabilidade administrativa. Santa Bárbara de Goiás se destacou pela organização, cumprimento das etapas e avanços na construção de um modelo de governo baseado na integridade e na eficiência.

De acordo com a administração, o reconhecimento reforça o empenho diário da equipe em aprimorar os serviços públicos e promover uma gestão que inspira confiança e segurança à população. As novas experiências adquiridas no processo fortalecem ainda mais um projeto de governo que já é referência no estado.

Finanças acata norma em caso de calamidade pública e arquiva relatórios

Na reunião realizada na tarde desta quarta-feira, 10, a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento validou a iniciativa que trata do repasse de recursos para entes federativos atingidos por calamidade pública. Processos da Secretaria Estadual de Saúde, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), da Secretaria Nacional da Segurança Pública e de parlamentares também constaram na pauta para votação e distribuição.

Foi confirmado o parecer favorável do deputado Ricardo Quirino (Republicanos) ao projeto de lei nº 10688/24, de autoria do deputado Amauri Ribeiro (UB). A matéria altera a Lei Complementar nº 112, de 18 de setembro de 2014, que estabelece normas suplementares de finanças públicas, para autorizar o repasse de recursos para entes federativos atingidos por calamidade pública, com o intuito de viabilizar ações emergenciais de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais.

"A presente proposição legislativa, portanto, reveste-se de grande relevância, pois busca garantir a efetividade do princípio da solidariedade federativa, previsto no artigo 3°, inciso I, da Constituição Federal, ao assegurar o apoio financeiro aos entes federativos em momentos de dificuldade, permitindo a adoção de medidas ágeis e eficazes para o enfrentamento das calamidades públicas e a mitigação de seus impactos sobre a população e a economia", justifica Ribeiro.

O colegiado acatou pareceres para conversão em diligência - ou envio para análise externa - aos processos nº 20486/25, 20595/25 e 21619/24, da Secretaria Estadual de Saúde. Ratificou, ainda, os relatórios com parecer pelo arquivamento dos processos nº 21718/24, 9216/21, 9134/21, 22651/24, 21720/24, 17008/24, 21724/24 e 16996/24, também da pasta da Saúde.

Distribuição à relatoria

Um dos processos distribuídos para relatoria foi o de nº 85/23, do deputado Veter Martins (UB). A propositura altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás, com o objetivo de assegurar desconto de 10% sobre o valor total do IPVA aos proprietários de veículos automóveis de passageiros ou de motocicletas que adotarem animais de canis ou gatis públicos ou de associações conveniadas com o poder público.

O texto da iniciativa apresenta requisitos que devem ser atendidos para a obtenção do benefício: não estar inadimplente com o pagamento do IPVA; ter condições financeiras de custear a estadia, a alimentação e o bem-estar do animal, sob pena de responder administrativa, civil e criminalmente por negligência; responsabilizar-se, na forma da lei, por todo e qualquer dano sofrido ou causado pelo animal tutelado; e permitir aos órgãos de fiscalização ou

conveniados a visitação à residência para acompanhar o desenvolvimento e o bem-estar do animal.

O documento nº 27984/25, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que trata do relatório de atividades trimestrais referentes ao 3º trimestre de 2025, foi repassado para relatoria do deputado Alessandro Moreira (PP). Já o processo nº 28052/25, de autoria da Secretaria Nacional da Segurança Pública, que apresenta a 2ª parcela referente à transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ao Estado de Goiás, foi entregue para relatório da deputada Rosângela Rezende (Agir).

Caiado destaca parceria e governança responsável durante jantar com membros do TCE e TCM - Class News

O governador Ronaldo Caiado reuniu, nesta segunda-feira (8/12), conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado (TCE-GO) e dos Municípios (TCM-GO) para jantar de confraternização no Palácio das Esmeraldas. O encontro marcou o encerramento do ano de trabalho e reforçou a importância da relação harmônica entre o Executivo e os órgãos de controle.

Durante o evento, Caiado destacou que o sucesso da gestão é fruto direto da cooperação institucional. "Quando se governa bem e em parceria, o resultado aparece. Só se governa em paz construindo consensos e trazendo soluções para quem espera a mão do Estado nos 246 municípios", afirmou.

O governador ressaltou que Goiás encerra 2025 com estabilidade fiscal, avanços expressivos na educação, saúde e assistência social e reconhecimento nacional em transparência. "Hoje entregamos um estado organizado fiscalmente, socialmente e com obras em todas as regiões. Isso só foi possível graças ao trabalho conjunto com o TCE e o TCM, que nos permitiu dar agilidade e segurança às políticas públicas", completou.

A coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, reforçou o impacto das políticas sociais no Estado, que se consolidam como referência nacional. "Nada do que fazemos se sustenta sem o trabalho sério dos órgãos de controle. O Goiás Social nasceu para ser uma política pública sólida, transparente e sem improviso. Entre 2019 e 2024, mais de 600 mil goianos saíram da pobreza. São resultados construídos com planejamento e monitoramento", afirmou. Gracinha lembrou ainda que Goiás tem hoje a menor taxa de extrema pobreza do Brasil e o maior índice de jovens de baixa renda cursando o ensino superior.

O vice-governador Daniel Vilela destacou que muitas das políticas públicas implementadas ao longo dos últimos anos só foram possíveis pela relação franca e colaborativa entre o governo e os tribunais de contas. "O sucesso que Goiás apresenta ao Brasil é resultado da harmonia e da transparência entre os poderes. A experiência técnica do TCE e do TCM ajudou o governo a encontrar soluções inovadoras para desafios históricos", afirmou. Segundo ele, a continuidade do diálogo e da cooperação institucional é fundamental para manter o ritmo de desenvolvimento.

Representando o TCE-GO, o vice-presidente Sebastião Tejota destacou o avanço do estado em governança e responsabilidade fiscal. "O Tribunal tem contribuído para fortalecer o planejamento e o controle, garantindo que Goiás avance com responsabilidade, eficiência e transparência", afirmou.

O presidente do TCM, Joaquim de Castro, ressaltou o papel educativo e preventivo do tribunal na orientação aos

gestores municipais. "Nosso trabalho não é apenas punitivo. Orientamos, dialogamos e ajudamos as prefeituras a atender bem a população. A relação respeitosa com o governador sempre trouxe resultados importantes para Goiás. O gestor arrasta pelo exemplo", destacou.

Selo Diamante

Durante o jantar, autoridades e convidados celebraram ainda a conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública, da Atricon, pelo segundo ano consecutivo. Goiás se mantém como o único estado brasileiro a alcançar a pontuação máxima em dois ciclos seguidos da avaliação nacional. Segundo Caiado, "isso mostra a seriedade com que tratamos o dinheiro público e consolida Goiás como referência para o Brasil".

O evento contou com a presença de familiares, servidores, auditores e demais convidados, encerrando o ano com agradecimentos mútuos pela parceria e pelo fortalecimento das instituições. A confraternização também abriu espaço para manifestações de carinho, como pedido de recuperação da saúde do presidente do TCE, Helder Valin, e o agradecimento do governador à equipe técnica que acompanha a gestão.

Estado alcança patamar máximo de conformidade em avaliação nacional de transparência

Relatório da Atricon reconhece conformidade total de Goiás em critérios de transparência pública; autoridades anunciam expansão de cultura de acesso à informação e premiam municípios com desempenho destacado.

Goiás se tornou o único estado brasileiro a atingir 100% de conformidade nos critérios avaliados pela Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), conquistando o cobiçado Selo Diamante -- distinção que reconhece excelência e integridade na gestão de dados públicos. A honraria foi anunciada durante a Cúpula Goiás 100% Transparente, realizada em Goiânia, evento que reuniu gestores, auditores e representantes de órgãos de controle para divulgar o ranking nacional e debater práticas de governança e accountability.

Para a secretária de Controle Externo da Informação Estratégica, Mariana Amâncio, o título representa mais que um reconhecimento simbólico. "Este resultado evidencia que a transparência em Goiás não é apenas discurso institucional -- é política pública consolidada. Demonstramos que a lei de acesso à informação e o rigor fiscal fazem parte da rotina administrativa", afirmou durante coletiva.

Mecanismos de transparência: TCMGO e governo estadual avançam em compliance e dados abertos

A conquista do Selo Diamante é atribuída ao esforço articulado entre o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO), órgãos estaduais e prefeituras municipais. Segundo Mariana, o Tribunal realizou a validação de todos os 246 municípios do Estado, verificando mais de 400 portais públicos para aferir conformidade com critérios como: publicação de receitas e despesas, licitações, cargos e salários, contratos, gestão fiscal e outros indicadores de transparência e controle.

Além da verificação, o TCMGO promoveu programas de compliance, capacitação técnica e orientações pedagógicas para secretarias e prefeituras, difundindo a cultura de dados abertos e controle social. A secretária ressaltou que a cooperação entre os órgãos -- incluindo o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e a Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) -- foi fundamental para consolidar o alto desempenho.

Prêmios municipais e consolidação do controle social

A Cúpula também serviu para destacar municípios que se destacaram no ranking de transparência. A TCMGO agendou para o dia 16 uma cerimônia especial para premiar os portais públicos e prefeituras mais bem avaliados -- um reconhecimento que busca incentivar a manutenção e evolução contínua das boas práticas.

Para a secretária, o maior beneficiado com o programa é o cidadão:

"É o cidadão que ganha. Ele passa a ter acesso fácil e claro a informações fundamentais: licitações, folha de pagamento, planejamento estratégico, LDO, contratos e execução orçamentária. Isso fortalece a fiscalização social e a democracia."

Ela alerta, porém, que o maior desafio começa agora:

"Manter esses dados atualizados, completos e fidedignos exigirá vigilância constante. A demanda cresce, o cidadão está mais atento e o programa nacional de transparência continua evoluindo -- precisamos acompanhar as novas exigências."

Transparência como pilar democrático e diferencial de governança

Na visão do presidente do TCMGO, Joaquim Alves de Castro Neto, o reconhecimento nacional consolida o compromisso do Estado com governança responsável e reforça a credibilidade pública de Goiás. Para ele, o Selo Diamante demonstra que o Estado está à frente na adoção de práticas de gestão modernas e abertas, contribuindo para o fortalecimento da confiança social e da participação cidadã.

Com a conquista, Goiás assume a vanguarda do controle social e da transparência pública no país, abrindo caminho para que dados públicos sejam efetivamente utilizados para monitoramento, prevenção de irregularidades e fortalecimento da democracia participativa.

IRB Notícia | Compromisso com a infância: IRB participa do Seminário Nacional "Retrato da Educação Infantil no Brasil"

O Instituto Rui Barbosa (IRB) marcou presença, nesta quarta-feira (10/12), no Seminário Nacional Educação Infantil: Diagnóstico e Ações, realizado no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília. Promovido pelo Ministério da Educação (MEC), o evento marcou o lançamento do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade da Educação Infantil (Conaquei) e apresentou os resultados da edição 2025 do Retrato da Educação Infantil no Brasil, levantamento conduzido em parceria com o Gaepe-Brasil.

A mesa de abertura reuniu o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes; o Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, Conselheiro Edson Ferrari; a Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Kátia Schweickardt; a Secretária Municipal da Educação de Bonito-PE, Maria Elza da Silva, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); a Presidente do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, Celi Correia Neres, representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); o Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Manoel Humberto Lima; o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários da Educação das Capitais (Consec), Henrique Pimentel; a Presidente Executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti; e o Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do Ministério da Educação, Alexsandro do Nascimento Santos.

Em sua manifestação, o Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, destacou a importância da primeira infância como a etapa mais decisiva do desenvolvimento humano, ressaltando que é nesse período que se consolidam as bases neurológicas, cognitivas, socioemocionais e motoras que acompanharão o indivíduo por toda a vida. Ele contextualizou como diferentes estudos científicos têm demonstrado que investir na primeira infância é investir na cidadania, na redução das desigualdades e no futuro de uma sociedade mais justa.

Edilberto Pontes explicou ainda que esse entendimento orienta a atuação dos Tribunais de Contas, que vêm incorporando de forma crescente a avaliação das Políticas para a Primeira Infância em suas ações de controle e indução de boas práticas, reforçando o compromisso constitucional de prioridade absoluta às crianças.

O Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB e Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Conselheiro Edson Ferrari, apresentou o histórico de mobilização do Comitê desde sua criação em 2022, destacando iniciativas nacionais de articulação e cooperação, como a realização de Auditoria Operacional em 160 municípios, de 23 estados, com a participação de 29 Tribunais de Contas.

Ao relacionar essa trajetória ao momento atual, Ferrari abordou a relevância do Conaquei como instrumento de indução

de políticas públicas mais equitativas e da atuação colaborativa entre os órgãos de controle, gestores públicos e instituições parceiras.

Retrato da Educação Infantil no Brasil

Ao longo do evento, o MEC apresentou os principais resultados do Retrato da Educação Infantil no Brasil 2025, estudo que consolidou informações fornecidas por 100% dos municípios brasileiros e pelo Distrito Federal. Os dados revelaram aumento expressivo da demanda por creches em todo o país e mostraram que mais da metade dos municípios reconhecem possuir demanda não atendida, embora muitos ainda desconheçam o tamanho real dessa fila. Foi observado que o crescimento mais significativo ocorreu entre bebês de 0 a 11 meses, faixa em que as solicitações praticamente dobraram.

Os resultados apontaram também esforço crescente dos municípios em campanhas de conscientização sobre o direito à Educação Infantil, bem como avanços na adoção de protocolos formais de gestão da demanda, ainda que permaneçam desafios quanto à padronização, integração de sistemas e transparência das listas de espera. Outro ponto evidenciado foi a desigualdade marcante no acesso às creches entre diferentes grupos sociais, com crianças de famílias mais vulneráveis permanecendo fora da escola ou mesmo das listas de espera, o que ressalta a importância de ações intersetoriais, especialmente envolvendo Assistência Social e Saúde, na identificação ativa da demanda.

Em relação à pré-escola, os dados mostraram um dos maiores índices de cobertura da história recente, ainda que persistam desafios em regiões específicas e nos territórios mais vulneráveis. O levantamento destacou ainda que o planejamento da expansão de vagas é limitado em grande parte dos municípios, muitos dos quais reconhecem a necessidade de ampliar a oferta, mas não possuem planos estruturados para isso. A pesquisa também evidenciou que a colaboração interfederativa ainda precisa avançar, com relações entre municípios e estados concentradas em ações pontuais e com participação do Sistema de Justiça frequentemente acionada apenas de forma reativa, diante de judicializações que podem inclusive alterar a ordem das filas.

Por fim, a ausência de Planos Municipais pela Primeira Infância em grande parte dos municípios foi apontada como um dos entraves ao planejamento integrado. Além da apresentação dos resultados do levantamento, o seminário marcou o lançamento do Gestão Presente na Educação Infantil, novo módulo da plataforma do MEC voltado ao apoio na organização e distribuição de vagas em creches. A ferramenta reúne tecnologias de georreferenciamento, algoritmos de otimização e critérios legais de priorização, permitindo maior padronização das informações, planejamento mais eficiente e ampliação da transparência para as famílias.

A programação do evento incluiu debates sobre financiamento, expansão de vagas com qualidade e equidade, governança do Conaquei e instalação das instâncias de gestão democrática. Ao reunir gestores, especialistas, entidades representativas e órgãos de controle, o seminário reforçou a necessidade de planejamento contínuo, políticas baseadas em evidências e articulação permanente entre os entes federativos para garantir o direito das crianças brasileiras à educação infantil.

Acesse:

Retrato da Educação Infantil no Brasil - Relatório de Análises 2025

"Controle e gestão responsáveis caminham juntos em Goiás", destaca Daniel Vilela em confraternização com TCE e TCM

Vice-governador reforça, em jantar no Palácio das Esmeraldas, parceria com tribunais de contas para apoiar municípios, qualificar o gasto público e fortalecer a confiança da população

Em jantar de confraternização no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, o vice-governador Daniel Vilela prestigiou os conselheiros e conselheiras do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). No evento, na noite desta segunda-feira (8/12), ele reforçou a parceria entre o Governo de Goiás e os órgãos de controle na busca por uma gestão responsável, transparente e próxima dos goianos.

Na fala dirigida aos representantes dos tribunais, Daniel tratou do papel das instituições de controle na vida da população, ao garantir que cada investimento público produza resultado real nas cidades. "Muitas políticas públicas inovadoras surgiram ao longo desses últimos anos graças a essa relação transparente, que sempre trouxe à mesa os desafios vividos pelo Poder Executivo e, com a expertise, experiência e inteligência dos nossos tribunais de contas, temos encontrado soluções inovadoras para os goianos", afirmou o vice-governador.

A atuação colaborativa dos tribunais de contas com os municípios tem sido apontada por Daniel como um diferencial de Goiás. Dessa forma, o vice-governador enfatizou que a relação de diálogo construída com TCE e TCM contribui para o sucesso que o governo tem hoje apresentado ao Brasil. "Essa relação harmônica que o governador e todos os nossos auxiliares estabeleceram com os nossos órgãos de controle, com os demais poderes, tem convergido para alcançarmos as soluções que afetam diretamente a vida das pessoas", destacou.

O vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Sebastião Tejota, defendeu que a administração precisa responder às expectativas da sociedade, em sintonia com as instituições reguladoras. "Essa convivência é importante com os órgãos, com os tribunais, mas o mais importante é quando você faz a diferença na vida da população em todas as áreas, como está sendo feito", ressaltou. O caráter de integralidade e parceria foi reforçado, ainda, pelo presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Joaquim de Castro. "Esse governo é exemplo para o Brasil de como ter uma convivência fraterna com os Poderes, respeitando os limites de cada um, e isso é para nós motivo de satisfação e orgulho", concluiu.

Fotos: Benedito Braga e Adalberto Ruchelle

Legenda: Daniel Vilela reforça parceria com tribunais de contas para apoiar municípios

Ronaldo Caiado destaca parceria e governança responsável durante jantar com membros do TCE e TCM

Encontro no Palácio das Esmeraldas reforça integração entre Estado e órgãos de controle, com foco em transparência, eficiência e desenvolvimento

O governador Ronaldo Caiado reuniu, nesta segunda-feira (8/12), conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado (TCE-GO) e dos Municípios (TCM-GO) para jantar de confraternização no Palácio das Esmeraldas. O encontro marcou o encerramento do ano de trabalho e reforçou a importância da relação harmônica entre o Executivo e os órgãos de controle.

Durante o evento, Caiado destacou que o sucesso da gestão é fruto direto da cooperação institucional. "Quando se governa bem e em parceria, o resultado aparece. Só se governa em paz construindo consensos e trazendo soluções para quem espera a mão do Estado nos 246 municípios", afirmou.

O governador ressaltou que Goiás encerra 2025 com estabilidade fiscal, avanços expressivos na educação, saúde e assistência social e reconhecimento nacional em transparência. "Hoje entregamos um estado organizado fiscalmente, socialmente e com obras em todas as regiões. Isso só foi possível graças ao trabalho conjunto com o TCE e o TCM, que nos permitiu dar agilidade e segurança às políticas públicas", completou.

A coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, reforçou o impacto das políticas sociais no Estado, que se consolidam como referência nacional. "Nada do que fazemos se sustenta sem o trabalho sério dos órgãos de controle. O Goiás Social nasceu para ser uma política pública sólida, transparente e sem improviso. Entre 2019 e 2024, mais de 600 mil goianos saíram da pobreza. São resultados construídos com planejamento e monitoramento", afirmou. Gracinha lembrou ainda que Goiás tem hoje a menor taxa de extrema pobreza do Brasil e o maior índice de jovens de baixa renda cursando o ensino superior.

O vice-governador Daniel Vilela destacou que muitas das políticas públicas implementadas ao longo dos últimos anos só foram possíveis pela relação franca e colaborativa entre o governo e os tribunais de contas. "O sucesso que Goiás apresenta ao Brasil é resultado da harmonia e da transparência entre os poderes. A experiência técnica do TCE e do TCM ajudou o governo a encontrar soluções inovadoras para desafios históricos", afirmou. Segundo ele, a continuidade do diálogo e da cooperação institucional é fundamental para manter o ritmo de desenvolvimento.

Representando o TCE-GO, o vice-presidente Sebastião Tejota destacou o avanço do estado em governança e responsabilidade fiscal. "O Tribunal tem contribuído para fortalecer o planejamento e o controle, garantindo que Goiás

avance com responsabilidade, eficiência e transparência", afirmou.

O presidente do TCM, Joaquim de Castro, ressaltou o papel educativo e preventivo do tribunal na orientação aos gestores municipais. "Nosso trabalho não é apenas punitivo. Orientamos, dialogamos e ajudamos as prefeituras a atender bem a população. A relação respeitosa com o governador sempre trouxe resultados importantes para Goiás. O gestor arrasta pelo exemplo", destacou.

Selo Diamante

Durante o jantar, autoridades e convidados celebraram ainda a conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública, da Atricon, pelo segundo ano consecutivo. Goiás se mantém como o único estado brasileiro a alcançar a pontuação máxima em dois ciclos seguidos da avaliação nacional. Segundo Caiado, "isso mostra a seriedade com que tratamos o dinheiro público e consolida Goiás como referência para o Brasil".

O evento contou com a presença de familiares, servidores, auditores e demais convidados, encerrando o ano com agradecimentos mútuos pela parceria e pelo fortalecimento das instituições. A confraternização também abriu espaço para manifestações de carinho, como pedido de recuperação da saúde do presidente do TCE, Helder Valin, e o agradecimento do governador à equipe técnica que acompanha a gestão.

Foto: Adalberto Ruchelle, Hegon Correa e Walter Folador

Finanças acata norma em caso de calamidade pública e arquiva relatórios

Na reunião realizada na tarde desta quarta-feira, 10, a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento validou a iniciativa que trata de repasse de recursos para entes federativos atingidos por calamidade pública. Processos da Secretaria Estadual de Saúde, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), da Secretaria Nacional da Segurança Pública e de parlamentares também constaram na pauta para votação e distribuição.

Foi confirmado o parecer favorável do deputado Ricardo Quirino (Republicanos) ao projeto de lei nº 10688/24, de autoria do deputado Amauri Ribeiro (UB). A matéria altera a Lei Complementar nº 112, de 18 de setembro de 2014, que estabelece normas suplementares de finanças públicas, para autorizar o repasse de recursos para entes federativos atingidos por calamidade pública, com o intuito de viabilizar ações emergenciais de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais.

"A presente proposição legislativa, portanto, reveste-se de grande relevância, pois busca garantir a efetividade do princípio da solidariedade federativa, previsto no artigo 3°, inciso I, da Constituição Federal, ao assegurar o apoio financeiro aos entes federativos em momentos de dificuldade, permitindo a adoção de medidas ágeis e eficazes para o enfrentamento das calamidades públicas e a mitigação de seus impactos sobre a população e a economia", justifica Ribeiro.

O colegiado acatou pareceres para conversão em diligência, ou envio para análise externa, aos processos número 20486/25, 20595/25 e 21619/24, da Secretaria Estadual de Saúde. Ratificou, ainda, os relatórios com parecer pelo arquivamento aos processos número 21718/24, 9216/21, 9134/21, 22651/24, 21720/24, 17008/24, 21724/24 e 16996/24, também da pasta da Saúde.

Distribuição à relatoria

Um dos processos distribuídos para o relator, deputado Cairo Salim (PSD), foi o de nº 85/23, do deputado Veter Martins (UB). A propositura altera a Lei n° 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás, com o objetivo de assegurar desconto de 10% sobre o valor total do IPVA aos proprietários de veículos automóveis de passageiros ou de motocicletas que adotarem animais de canis ou gatis públicos ou de associações conveniadas com o poder público.

O texto da iniciativa traz requisitos que devem ser atendidos para a obtenção do benefício: não estar inadimplente com o pagamento do IPVA; ter condições financeiras de custear a estadia, a alimentação e o bem-estar do animal, sob pena de responder administrativa, civil e criminalmente pela negligência; responsabilizar-se, na forma da lei, por todo e

qualquer dano sofrido ou causado pelo animal tutelado; e permitir aos órgãos de fiscalização ou conveniados a visitação à residência para acompanhar o desenvolvimento e o bem-estar do animal.

O documento nº 27984/25, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que trata do relatório de atividades trimestrais referentes ao 3º trimestre de 2025, foi repassado para relatoria do deputado Alessandro Moreira (PP). Já o processo nº 28052/25, de autoria da Secretaria Nacional da Segurança Pública, que apresenta a 2ª parcela referente à transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ao Estado de Goiás, foi entregue para relatório da deputada Rosângela Rezende (Agir).